

INCLUSÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

WOMEN AT SOCIAL RISK PROFESSIONAL QUALIFICATION AND INCLUSION

Andréa Simoni Manarin Tunin

Doutoranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (UFRRJ), Assistente Social (IFRJ) – andrea.tunin@ifrj.edu.br

Fernando César Ferreira Gouvêa

Doutor em Educação (PUCRio), Professor e Orientador do Programa de Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (UFRRJ) - gouveafcf@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social através da formação profissional oferecida por escolas técnicas que desenvolvem o Programa Mulheres Mil. O referido programa foi inicialmente estruturado no país no ano de 2007, tinha como objetivo a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres economicamente desfavorecidas nas regiões Norte e Nordeste do país. A partir de 2011, foi instituído e desenvolvido pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), inserindo-se em um conjunto de prioridades do Governo Federal. Apesar desta oferta não ser exclusiva dos Institutos Federais, é nela que prioritariamente o programa se desenvolveu. De acordo com os princípios e diretrizes preconizadas pelo Programa Mulheres Mil, torna-se um desafio atingir e executar todas as ações programadas com os recursos humanos e financeiros disponíveis. O objetivo geral da pesquisa é avaliar a eficácia das políticas de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade no Programa Mulheres Mil através de um estudo de caso realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – *campus* Volta Redonda (IFRJ-CVR). Os resultados obtidos foram interpretados pelo viés da etnografia crítica que leva em consideração os aspectos culturais, políticos e econômicos para a conclusão do trabalho. Espera-se que o leitor ao se aproximar do conteúdo do artigo compreenda o histórico do programa, a construção e execução do programa mulheres mil no IFRJ-CVR, assim como os resultados obtidos por ele enquanto uma política de inclusão.

Palavras-Chave: Políticas de Inclusão; Programa Mulheres Mil; Institutos Federais de Educação.

ABSTRACT

The following paper tries to analyze the inclusion of women at social risk through professional qualification offered by vocational-technical schools that manage a program called Mulheres Mil (A thousand women). Such program was firstly established in Brazil in 2007 and it aimed educational and professional qualification, as well as citizenship awareness, of northern and northeastern underprivileged women. Afterwards, starting from 2011, it was established and developed by the Department of Education, through the Technological and Professional Office, and became part of the Federal government priorities. It was not exclusively offered by Technical Schools, which where it was primarily developed. According to the principles and directives recommended by the Mulheres Mil program, reaching and executing all programed deeds with the human and financial resources available is quite a challenge. The study general objective is to evaluate the underprivileged women inclusion policies efficiency through a case study

performed by the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – campus Volta Redonda (IFRJ-CVR). The results were interpreted through critical ethnography, which considered cultural, political and economic aspects to conclude the study. It is expected when the reader is acquainted with the study content he/she understands the program background, the construction and execution of the IFRJ-CVR mulheres mil project as well as the results it obtained as an inclusion policy.

Keywords: Inclusion Policies; Mulheres Mil program; Institutos Federais de Educação (Technical Schools).

INTRODUÇÃO

O Programa Mulheres Mil (PMM) desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), insere-se em um conjunto de prioridades do Governo Federal, especialmente no que concerne à promoção de equidade, igualdade entre os sexos, combate à violência contra a mulher e acesso à educação. A erradicação da extrema pobreza e da fome também são pontos essenciais para o desenvolvimento do referido Programa, tendo em vista sua articulação com as ações do programa Brasil Sem Miséria¹.

Inicialmente estruturado no país por meio de uma parceria entre o Brasil e alguns *colleges* do Canadá no ano de 2007, o Programa tinha como objetivo a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres economicamente desfavorecidas nas regiões Norte e Nordeste do país, favorecendo a inserção do seu público-alvo na vida produtiva, fosse por meio de emprego formal ou do desenvolvimento do seu potencial produtivo.

O MEC, através da Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011, instituiu o PMM em âmbito nacional. A erradicação da miséria de mulheres em situação de vulnerabilidade social passa a estar diretamente ligada à formação profissional e tecnológica articulada com a elevação da escolaridade deste público. Tais ações desde 2011, ocorreram prioritariamente na Rede Federal de ensino.

As diretrizes do PMM abrangem desde o acesso à educação até o combate à violência contra a mulher, passando ainda pela promoção da inclusão social e a igualdade de gênero. Neste sentido, percebemos o viés adotado por diversos outros programas do Governo Federal, que entende a educação como solução para os problemas sociais no

¹ O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado pelo Governo Federal em 2011 para desenvolver ações integradas entre seus 22 ministérios com o objetivo de superar a pobreza até o final do ano de 2014. O Plano é organizado em três frentes: garantia de renda, acesso à serviços públicos e inclusão produtiva.

Brasil. Diante do quadro apresentado, torna-se necessária uma avaliação sobre a concepção do PMM e a maneira como o mesmo foi expandido pela Rede Federal de Ensino. Unir a prática diária dos profissionais da educação às diretrizes do programa torna-se um grande desafio.

Segundo Rosemberg (2001), a política pública de educação para a redução da desigualdade de gênero é escassa. Avaliar a efetividade do PMM para as alunas nele inscritas também é fundamental para a continuidade das atividades do programa.

O PMM é uma possibilidade de ação para as políticas educacionais de inclusão no país, porém é preciso verificar como ele está sendo executado e se seus objetivos estão realmente sendo alcançados. É preciso ainda, avaliar especificamente o processo de adesão do Programa pelos Institutos Federais, bem como o papel da escola no cotidiano das atividades, o perfil socioeconômico das alunas e os resultados obtidos por elas após participarem do PMM. Para isso, utilizou-se a metodologia da etnografia, que segundo Mainardes (2009), é uma metodologia bastante empregada nas ciências sociais, pois preconiza o acompanhamento detalhado do tema através da observação participante e da coleta de dados através de leis, regulamentos, entrevistas e vivências do cotidiano. Essa escolha metodológica se justifica pela atuação da autora enquanto gestora do programa entre os anos de 2013 e 2015 no IFRJ-CVR.

Para a apresentação do objeto estudado, bem como as conclusões sobre o tema, o artigo será dividido em três partes. A primeira irá descrever o PMM desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro – *campus* Volta Redonda (IFRJ-CVR) e os dados obtidos através da pesquisa realizada sobre o perfil das alunas e suas expectativas. Em seguida, serão apresentadas algumas análises críticas sobre o programa com o objetivo de propor melhorias para o mesmo, e por fim, as considerações finais e apontamentos sobre o tema.

O Programa Mulheres Mil no IFRJ – CVR: caminhos percorridos

A iniciativa de desenvolver o PMM no IFRJ-CVR partiu de duas técnicas administrativas (Técnica em Assuntos Educacionais e Assistente Social) em 2012. Nesse

período apesar da falta de informações e dificuldades de operacionalização do programa foram traçadas estratégias que pudessem viabilizar formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade e que tivesse ligação com o eixo vocacional do campus: a indústria. Tal busca foi encerrada ao verificarmos que não tínhamos recursos humanos disponíveis para isso. Para tentar dar conta dessas demandas, estabeleceu-se então uma parceria com a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SMPPM), instituição que acompanhou o desenvolvimento do PMM em Volta Redonda.

As estratégias acordadas foram as seguintes: as bolsas de auxílio permanência para as alunas, os cursos, matrizes curriculares e metodologias para a execução das aulas seriam ofertados pelo IFRJ. O espaço físico para a realização das aulas, a seleção das alunas e os facilitadores² para a disseminação do conteúdo seriam a contrapartida da SMPPM.

Essa proposta foi levada para o período de capacitação de gestores do PMM que ocorreu em Brasília (DF). Tal informação já constava na chamada pública e era uma etapa obrigatória para as instituições selecionadas. Cabe aqui ressaltar que essa capacitação de gestores, pelo seu conteúdo, era de suma importância para todos os executores do PMM. Informações sobre metodologias, financiamento, objetivos, entre outros, dariam um norte para os profissionais envolvidos na gestão. No entanto, a forma com que isso de fato ocorreu deixou uma lacuna entre o que precisaríamos compreender e o que foi aplicado na capacitação. Foi observado um caráter caritativo relacionado à política de inclusão, muitos exemplos dos expositores focavam o programa em torno de histórias tristes das alunas e a importância do PMM como uma “rede de apoio”, não necessariamente como um programa que visava fornecer capacitação para a reinserção de suas alunas no mundo do trabalho.

Após a capacitação, os gestores retornaram aos seus *campi* com caminhos (ou não) para executar o PMM. Diante disso, após muitas mudanças de planos, adaptações e parcerias, o IFRJ – *Campus Volta Redonda* iniciou suas atividades em quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Os cursos escolhidos pela SMPPM

² Profissionais contratados pela Prefeitura de Volta Redonda que atuavam em outros programas sociais da cidade e foram cedidos para o PMM com o objetivo de sanar a dificuldade de recursos humanos para o desenvolvimento das aulas.

foram os de Cuidadora Infantil e Recreadora. A matriz curricular dos mesmos contaram com disciplinas básicas (português e matemática), disciplinas específicas da formação profissional, incluindo atividades práticas em campo, e também aquelas que buscavam o desenvolvimento da cidadania das alunas, como por exemplo, as aulas de saúde e direito da mulher. Desde então, uma equipe de duas gestoras, quatro técnicos-administrativos voluntários, quatro facilitadoras (cedidas pela prefeitura) e a equipe da SMPPM capacitou cento e quarenta e nove (149) mulheres em situação de vulnerabilidade que foram matriculadas no programa durante dois (02) anos.

Com o objetivo de estudar de forma mais aprofundada os resultados do programa em questão, realizou-se durante os meses de agosto e setembro de 2015, um levantamento de dados socioeconômicos das alunas através de suas fichas de matrículas, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas com as egressas do programa através de contato telefônico. Esses contatos tiveram como objetivo buscar informações das alunas após a sua certificação, principalmente dados relacionados ao ingresso das mesmas no mundo do trabalho e os reflexos do programa em suas vidas. Das cento e nove (109) alunas concluintes, foi possível coletar dados com cinquenta e sete (57) egressas, uma (01) se recusou a participar e outras cinquenta e uma (51) alunas não foram localizadas. Sendo assim, foi possível pesquisar um universo de aproximadamente 52% do público atendido pelo programa.

De acordo com as análises realizadas através das fichas de inscrição, pudemos identificar que o nosso público era formado, em sua maioria, por mulheres entre 30 e 44 anos, mães, já inseridas em programas sociais do governo e proveniente de escolas públicas. A escolarização das mesmas, demonstra uma diversidade grande. As alunas com o ensino médio completo totalizaram 45,4% das matrículas. No entanto, o segundo maior percentual (28,5%) abarcava um grupo de mulheres com o ensino fundamental incompleto.

A situação econômica das alunas matriculadas era de uma renda familiar média acima de um salário mínimo. A contribuição das alunas na renda familiar era pouca, pois a maioria estava desempregada e era dependente do núcleo familiar. Nesse sentido, é possível compreender a expectativa das alunas pelo curso, pois 68,2% delas relataram ter ingressado no programa para tentar conseguir um emprego.

Entre os meses de agosto e setembro de 2015, tentamos entrar em contato com as discentes que participaram do programa para verificar os caminhos percorridos e as oportunidades que tiveram após o término dos cursos. Das 109 mulheres que concluíram o PMM, conseguimos aplicar um questionário semiestruturado com 57 delas.

O primeiro dado relevante obtido no universo pesquisado foi que apenas nove (09) alunas conseguiram ingressar no mundo do trabalho em função da qualificação oferecida pelo PMM. Em contrapartida, ao perguntarmos às alunas o que elas tinham achado mais proveitoso no curso, verificamos outras possibilidades que foram ofertadas a elas e que trouxeram resultados positivos. A maioria das respostas apontou para um aproveitamento grande do programa para adquirir novos conhecimentos, conhecimentos específicos e a oportunidade de ter uma experiência real na área em que estavam sendo formadas (períodos de atividades práticas em campo).

A oportunidade de ampliar as relações sociais e o convívio com outras pessoas também foi apontado como um aspecto proveitoso por diversas alunas durante a pesquisa. Observa-se a importância da escola como um espaço social para essas mulheres. Elas tiveram acesso a um ambiente, o qual estiveram afastadas por muito tempo, se relacionaram com pessoas que tinham as mesmas aspirações e em muitos casos as mesmas dificuldades.

[...] achei proveitoso o fato de estar envolvida com outras pessoas, não só aquelas que estou acostumada.

(Aluna 91)

Foi possível observar pelos relatos das alunas a constante superação dos desafios e o próprio apoio que se criou entre elas. O estreitamento das relações e a identificação de uma aluna com a outra fez com que a escola, através do PMM, fortalecesse esses vínculos não apenas para o mundo do trabalho, mas para lidar com as questões de suas próprias vidas.

Dentre os aspectos relatados como dificuldades, podemos observar especialmente aqueles que têm interface com as condições econômicas das mesmas. O atraso frequente no pagamento de bolsas e a impossibilidade de arcarem com transporte e alimentação para frequentarem as aulas foram evidentes. O horário das aulas no turno

vespertino trouxe uma dificuldade maior de permanência do que quando ofertado a noite, o que precisa ser levado em consideração visto que as alunas geralmente precisavam deixar seus filhos com outros alunos para irem para as aulas.

[...] a distância da minha casa para escola precisa de ônibus e as vezes eu não tinha dinheiro para ir (Aluna 85).

[...] com um filho pequeno, não tinha como ir na aula de tarde, sem ter com quem deixar (Aluna 90).

Outro ponto destacado por elas como falho foi a carga horária do curso insuficiente para trabalhar todo o conteúdo. Quando um programa prevê a disseminação de conteúdos de disciplinas básicas, específicas e de cidadania em um curso de 160h, fica muito difícil alcançar a aprendizagem das alunas em um espaço tão curto de tempo. Porém, fazendo um balanço entre o que foi ofertado e o que as alunas usufruíram ao longo do curso, podemos compreender que as atividades foram positivas e trouxeram benefícios para o público-alvo. O que podemos concluir através do olhar dessas alunas sobre o PMM, é que o fato de ser e/ou se sentir incluída não, necessariamente, está ligado a um único objetivo. Segundo Freire (2008),

[...] a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (FREIRE, 2008, p. 05).

Compreendemos então que um conjunto de fatores e ações puderam trazer a essas mulheres uma nova experiência de vida pautada nas novas relações sociais estabelecidas no curso e nos aprendizados que foram muito além de um conteúdo específico para qualificação profissional. Elas puderam reconhecer a suas próprias histórias e traçar novos rumos daquele momento em diante.

[...] me senti incluída, pois fiz novas amigas e percebi que muitas pessoas passam pelos mesmos problemas que eu (Aluna 30)

[...] me senti sim (incluída), principalmente quando os professores me ajudavam (Aluna 94).

[...] pela minha idade, participar do curso me fez sentir como estivesse vinte anos atrás, fazendo parte da turma e participando dos exercícios (Aluna 69).

Essas percepções e conquistas precisam e devem ser valorizadas. Porém, torna-se necessário também traçar um paralelo entre o que foi possível atingir, de que forma isso foi possível e assim fazermos uma análise crítica e construtiva para o PMM e demais ações de inclusão.

Análise crítica do programa: caminhos tortuosos e possíveis

Durante os dois anos que o PMM foi desenvolvido pelo IFRJ- CVR foi possível observar, refletir e fazer uma análise de todo o processo vivenciado, os benefícios conquistados e os entraves que ainda precisam ser superados para podermos desenvolver um programa de acordo com os seus pressupostos, princípios e diretrizes.

Inicialmente, podemos destacar a importância e a necessidade de uma maior divulgação de informações relativas ao financiamento e pactuações entre os envolvidos na execução do programa. Desde o início da execução do PMM, só tivemos acesso ao documento oficial que estabeleceu a parceria entre Brasil e Canadá após solicitá-lo diretamente à gestão nacional do programa. Entender os interesses e os atores envolvidos nessa etapa é tarefa essencial.

Em seguida, precisamos refletir sobre a concepção do programa e nos interrogar o porquê valorizamos a internacionalização de um saber que poderia ser desenvolvido diretamente por nossos pesquisadores e profissionais da área. Seria ideal a reprodução de um modelo educacional para mulheres em situação de vulnerabilidade social baseado na realidade canadense?

Ao desenvolvermos uma ação pautada no tripé educação, trabalho e qualificação profissional, não podemos desassociar a vertente capitalista incutida no mesmo. O uso do campo educacional para a formação da mão de obra é fundamental para a manutenção da ordem hegemônica vigente. Trata-se de uma grande oportunidade de preparar o

trabalhador para atender as novas demandas do mercado que prioriza a flexibilidade do trabalho, sem se preocupar com a precariedade e informalidade, tão comum na atualidade. É preciso então pensar para quem e para que estamos formando essas mulheres. Além disso, também devemos pensar nas condições de trabalho daqueles que operacionalizam o programa. Sem essa crítica podemos fazer o processo inverso do que se espera no PMM e ainda reforçar a precarização do trabalho. De acordo com Oliveira (2013),

[...] a relação Trabalho e Educação só pode ser compreendida se analisada no interior do sistema capitalista, de suas contradições, de como o ser social se constitui por meio do Trabalho, do seu caráter teológico, da transformação das relações sociais. Da mesma forma, é preciso analisar o uso e sentido que o modo de produção capitalista faz do processo educativo e de como faz a utilização das potencialidades dos trabalhadores em benefício de sua reprodução e acumulação.

Essa reflexão poderá nos dar base para compreendermos, se de fato, estamos desenvolvendo uma política de inclusão ou se estamos constantemente reproduzindo práticas comuns de manutenção da ordem vigente. Nesse sentido, destacamos que ainda há uma grande parte dos cursos do PMM sendo oferecidos em áreas tipicamente do ofício feminino e que em nada superam o perfil profissional historicamente estabelecido para mulheres em situação de vulnerabilidade.

No que tange ao processo de adesão ao programa, destaca-se a necessidade de ampliar as informações ainda no período anterior à chamada pública. Instituições, servidores e possíveis parceiros precisam entender a totalidade e complexidade do programa antes mesmo de se candidatarem a ele. Isso evita uma série de surpresas e mudanças com as ações em andamento, o que pode acarretar prejuízos não só para o público-alvo, mas também para os trabalhadores que estão na execução das atividades.

Executar, talvez seja um dos maiores desafios que podemos aqui destacar. Unir os princípios e diretrizes do programa aos recursos disponíveis e tentar alcançar todos os objetivos preconizados com pouca infraestrutura, recursos humanos e financeiros em cursos de aproximadamente 160h, é praticamente impossível. Precisamos passar por uma reestruturação minuciosa dos seus objetivos e relaciona-los com as condições de execução dos Institutos Federais. Do contrário, entendemos que estamos conferindo a

essas instituições um cunho salvacionista que vai além de suas funções, e o que é pior, sem as condições necessárias mínimas para executar aquilo que seria de sua alçada.

É inegável a importância de programas como o aqui descrito e os resultados que o mesmo alcança, mesmo diante de inúmeras dificuldades. O caminho para melhorias, talvez seja o de repensar novas estratégias de inclusão mais específicas para questão do mundo do trabalho integrando novas instituições ao programa. Assim poderíamos somar saberes e possibilidades não responsabilizando exclusivamente a escola por essa atribuição. O fortalecimento de ações de empreendedorismo, associativismo e cooperação também pode ser um caminho para a garantia da inclusão.

CONSIDERAÇÕES E PROPOSIÇÕES FINAIS

Podemos dizer que o PMM, de uma maneira geral, cumpriu parcialmente seus objetivos de inclusão. Os resultados positivos precisam ser exaltados e valorizados como grandes avanços em uma sociedade extremamente desigual, principalmente no que se refere à questão de gênero, assim como os resultados que não foram alcançados também não podem ser pura e simplesmente entendidos como fracasso.

É preciso compreender que como qualquer programa de inclusão, o PMM enfrenta os limites reais impostos por uma sociedade capitalista e desigual. Conferir a ele todas as responsabilidades elencadas em seus documentos formais, trata-se de um esforço e de uma responsabilidade que vai muito além da escola e de seus educadores.

Com os dados aqui apresentados, tivemos como objetivo provocar e disparar esse processo de reflexão tão necessário dentro das políticas públicas de educação, principalmente aquelas que se propõe a promover a inclusão. Tal palavra incomoda, desafia e permeia nossa sociedade desigual e injusta, principalmente para a mulher.

Em tempos de intolerância, discurso de ódio e criminalização do pensamento crítico, é preciso cada vez mais utilizar o campo educacional, a pesquisa e a busca pelo conhecimento como ferramenta de superação da ordem vigente. Não se trata de tarefa simples ou fácil, mas é um passo importante na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, a exemplo disso temos aqui apresentada a proposta do Programa Mulheres

Mil. Um programa com um potencial muito grande, mas que ainda se encontra num limite tênue entre a superação e a manutenção da ordem hegemônica vigente.

O deixamos aqui como contribuição são questões chave para melhorias no programa, valorizando o espaço que é da escola, mas também respeitando os seus limites e de seus educadores. A formação de uma rede de apoio em torno de uma ação pode facilitar o desenvolvimento de práticas inclusivas, bem como entender as demandas de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A formação profissional e a inclusão desse público, pode sim, ser feita através das políticas educacionais, mas não somente elas. A mobilização de diversos atores e instituições nessa política é que poderá atender a demanda de maneira mais integral, e por consequência, mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria Nº 1.015, de 21 de julho de 2011.** Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Diário Oficial da União – Seção 1 – de 22 de julho de 2011.

BRASIL. **Mulheres Mil na Rede Federal de Ensino:** caminhos da inclusão. 2011a.

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão.** In: Revista da Educação, Vol. XVI, n.01, p. 05-20, 2008.

MAINARDES, J. **Pesquisa etnográfica: elementos essenciais.** In: Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Chamada Pública MEC/SETEC 01/2012.** Convoca os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a apresentarem propostas de adesão ao Programa Mulheres Mil –Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.

OLIVEIRA, M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Sergipe:** interfaces com a educação e o trabalho. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão.

ROSEMBERG, F. **Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p.47-68, 2001.

TUNIN, A. GOUVÊA, F. **A escola e sua vertente social:** uma análise do programa mulheres mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação. Dissertação de Mestrado, PPGEDUC – UFRRJ, 2015.